

**ARENIZAÇÃO E MONOCULTURA DO EUCALIPTO NO
SUDOESTE (SW) DO RIO GRANDE DO SUL¹**

**SANDIZATION PROCESS AND THE MONOCULTURE OF
EUCALYPTUS IN SOUTH-WEST (SW) OF RIO GRANDE DO SUL**

Dirce Maria Antunes Suertegaray²
Luiz Alberto Morelli³

RESUMO: O presente texto tem como objetivo contribuir com o debate relativo a monocultura do eucalipto em território brasileiro. Organizamos as informações em quatro etapas, a primeira consiste numa breve caracterização das áreas no Sudoeste (SW) do Rio Grande do Sul, suscetíveis a arenização e, hoje, objeto de mudança na matriz econômica através do plantio do eucalipto. Na segunda etapa, apresentamos um conjunto de dados referentes a produção de eucalipto e celulose em escala internacional. Na terceira, explicitamos os agentes envolvidos na discussão socioambiental e promotores, pelo embate estabelecido, de conflitos, na medida em que expõem ao debate, dois projetos diferenciados em relação ao uso e apropriação da terra. Ao final, explicitamos o debate que se estabeleceu entre esses diferentes agentes, a partir da elaboração do Zoneamento Ambiental para a Silvicultura elaborado pela FEPAM (Fundação Estadual de proteção Ambiental) indicando, esse conflito, a constituição, no campo econômico, de um processo de oligopolização.

PALAVRAS-CHAVE: Arenização. Celulose. Eucalipto. Monocultura. Zoneamento Ambiental.

¹ Texto produzido a partir das reflexões na mesa-redonda “**A territorialização do complexo celulose-papel: o local e o nacional**”, correspondente ao “I Simpósio sobre a formação do complexo celulose-papel em Mato Grosso do Sul: limites e perspectivas”, realizado na UFMS – Campus de Três Lagoas, no período de 30 de Junho a 02 de Julho de 2011.

² Profa. Dra. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Email: suerte.ez@terra.com.br

³ Prof. Dr. pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), PPGEA/UFRGS. Email: luizalbertosm@gmail.com

ABSTRACT: This paper has objective contribute to the debate on the monoculture of eucalyptus in Brazilian territory. Organizes information into four stages: the first is a brief description of the spaces in the south-west (SW) of Rio Grande do Sul susceptible to sandization process, and today the object of change in the economic matrix through the planting of eucalyptus. In the second step we present a set of data for production of eucalyptus and cellulose pulp into internationally scale. In the third, made explicit the agents involved in discussing social environmental and promoters, established by the conflicts, as they expose the debate two different projects regarding the use and ownership of land. At the end, explaining the debate that has developed between these different agents from the preparation of Environmental Zoning Eucalyptus Silviculture prepared for it FEPAM (State Foundation of Environmental Protection) indicating, that conflict, in the Economic Field, the constitution of a process of oligopoly.

Keywords: Cellulose. Environmental Zoning. Eucalyptus. Monoculture. Sand Process

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo sistematizar nossa participação na mesa redonda denominada territorialização do complexo celulose-papel: o local e o nacional, durante o I Simpósio sobre o complexo celulose-papel em Mato Grosso do Sul, limites e perspectivas, que ocorreu na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas entre os dias 30 de junho e 2 de julho de 2011. Apresentamos nesse momento, para contribuir com o debate relativo à monocultura do eucalipto em território brasileiro, o exemplo, e os resultados de pesquisa já sistematizados, em especial, a partir da tese de doutorado de MORELLI (2011).

Para esta apresentação organizamos as informações em quatro etapas, a primeira consiste numa breve caracterização das áreas no Sudoeste (SW) do Rio Grande do Sul suscetíveis a arenização e, hoje, objeto de mudança na matriz econômica através do plantio do eucalipto. Na segunda etapa, apresentamos um conjunto de dados referentes a produção de eucalipto e celulose em escala internacional. Na terceira, explicitamos os agentes envolvidos na discussão socioambiental e promotores, pelo embate estabelecido, de conflitos, na medida em que expõem ao debate dois projetos diferenciados em relação ao uso e apropriação da terra. Ao final, explicitamos o debate que se estabeleceu entre esses diferentes agentes a partir da elaboração do Zoneamento para a Silvicultura elaborado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) indicando a constituição no campo econômico de um processo de oligopolização empresarial.

A ÁREA DE OCORRÊNCIA DA ARENIZAÇÃO

Inicialmente cabe informar que o processo de arenização consiste na mobilização de sedimentos arenosos pela ação da água e ou vento, promovendo a formação de areais (Figura 1), ou seja, áreas com solo arenoso exposto.



Figura 1 - Área em processo de arenização, Sudoeste do Rio Grande do Sul. São Francisco de Assis/Rs. Morelli 2008.

Estas áreas se caracterizam pela fragilidade do solo, portanto, altamente suscetíveis a erosão e de difícil manejo. Estas, ao longo do processo de ocupação do sul do Rio Grande do Sul (RS), com o uso, predominantemente, pastoril eram concebidas, no interior das grandes propriedades, como terras improdutivas. Na década de 1970 com a expansão da monocultura da soja, novos areais se formaram, particularmente, nos municípios de Alegrete, São Francisco de Assis, Manoel Viana, Itaqui, São Borja, Maçambará, Unistalda, Cacequi e Rosário do Sul. O mapa da Figura 2 apresenta a principal área de ocorrência do processo de arenização englobando os municípios citados.

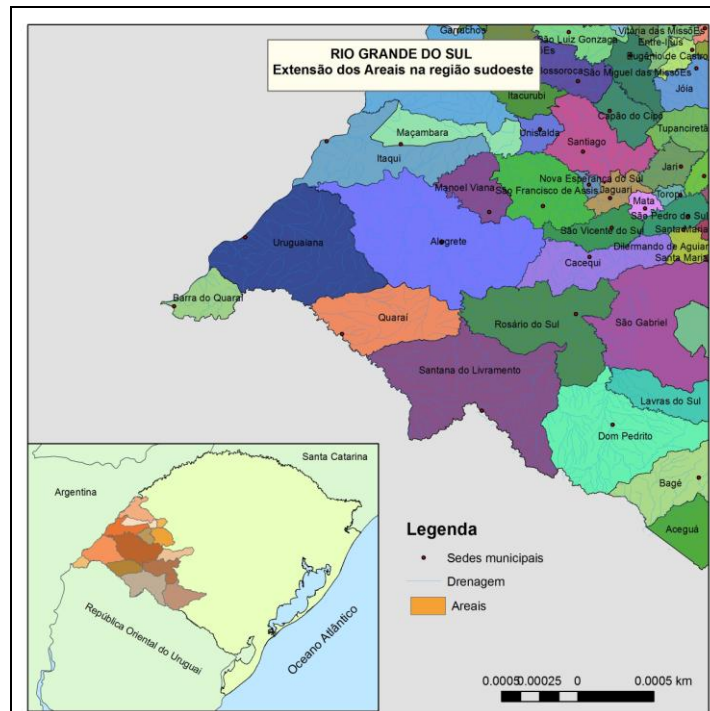


Figura 2 - Ocorrência do processo de arenização no Rio Grande do Sul. Fonte: Suertegaray et. al. (2001). Adaptado.

A DEMANDA DE CELULOSE E O PAPEL À NÍVEL INTERNACIONAL

Esta área em processo de arenização é onde o projeto de expansão da silvicultura no estado se faz presente. Para entender o significado da apropriação de áreas tradicionalmente pastoris em áreas para plantio de monoculturas de eucalipto, é necessário compreender, em âmbito internacional, a demanda por celulose e papel. Para tanto, na continuidade, apresentamos alguns dados que permitem visualizar, através de números o significado desta política. Esta, no caso do Rio Grande do Sul (RS), está amparada em projetos de expansão econômica por parte de alguns governos estaduais. Iniciamos apresentando a espacialização deste complexo em nível mundial. A Tabela 1 apresenta os doze países, maiores produtores de celulose e papel no mundo.

Tabela 1 - Maiores produtores mundiais de celulose e papel - 2009

CELULOSE		PAPEL	
PAÍS	MIL TONELADAS	PAÍS	MIL TONELADAS
1. EUA	48.329	1. CHINA	86.391
2. CHINA	20.813	2. EUA	71.613
3. CANADÁ	17.079	3. JAPÃO	26.279
4. BRASIL	13.315	4. ALEMANHA	20.902
5. SUÉCIA	11.463	5. CANADÁ	12.857
6. FINLÂNDIA	9.003	6. SUÉCIA	10.933
7. JAPÃO	8.506	7. FINLÂNDIA	10.602
8. RÚSSIA	7.235	8. CORÉIA DO SUL	10.481
9. INDONÉSIA	5.971	9. BRASIL	9.428
10. CHILE	5.000	10. INDONÉSIA	9.363
11. ÍNDIA	3.803	11. ÍNDIA	8.693
12. ALEMANHA	2.542	12. ITÁLIA	8.449

Fonte: RISI/BRACELPA, ANO: 2009

Uma observação desta tabela permite verificar que Estados Unidos e China lideram a produção de Celulose e Papel e, no caso do Brasil o que se observa é sua presença entre os primeiros quatros países na produção de celulose, entretanto, em relação a produção de papel sua posição cai para o nono lugar, o que indica uma produção pouco expressiva no processamento mais elaborado, ou seja, na produção de papel, e uma consolidação do país como produtor e fornecedor de matéria-prima (polpa ou pasta de celulose).

Se tomarmos por outro lado, os dados de área de florestas plantadas no mundo (Tabela 2) verifica-se que com exceção dos Estados Unidos, do Japão e da Espanha e de Portugal, estes, pertencentes à Comunidade Européia, os demais países fazem parte do grupo de países periféricos. Entre os nove maiores

produtores, o Brasil ocupa o sexto lugar, posição significativa e que já nos permite perceber a posição do país nesse cenário, ou seja, país exportador de celulose.

Tabela 2 - Áreas de Florestas Plantadas no Mundo – 2009

PAÍS	ÁREA DE FLORESTA (MIL HECTARES) PLANTADA
1. CHINA	45.000
2. ÍNDIA	32.600
3. EUA	16.000
4. JAPÃO	10.000
5. INDONÉSIA	9.000
6. BRASIL	6.800
7. CHILE	2.200
8. ESPANHA	1.900
9. PORTUGAL	800

Fonte: FAO, BRACELPA, 2009

Por outro lado, a Figura 3 apresenta o potencial da produção de eucalipto para fabricação de celulose em relação à área necessária. A comparação da produção /área é feita entre três regiões diferentes do planeta, com certa tradição em plantações de eucalipto. Para produzir 1 milhão de toneladas/ano de celulose, o Brasil, como representante da América do Sul necessita de 100.000 ha; a mesma produção na Península Ibérica (Espanha e Portugal) necessita de 300.000 ha e a região da Escandinávia (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia) para produzir 1 milhão de toneladas de celulose necessita de 700.000 ha. Comparando a produção dessas regiões em termos de área/tonelada/ano com a Tabela 2 (área de floresta plantada no mundo), verifica-se que entre os primeiros nove países em área de floresta plantada estão presentes o Brasil (6), a Espanha e, Portugal (8 e 9), a Escandinávia não consta desse conjunto. A razão está na produtividade dessas

áreas plantadas em toneladas. O Brasil, entre os três países, é o que precisa para uma maior produção, menores áreas plantadas. Dado que revela as boas condições de crescimento das florestas no país e, por consequência, uma grande vantagem para a Silvicultura, acrescido do fato de que no Brasil é significativo o desenvolvimento e aprimoramento técnico da produção de mudas e tecnologias de produção.



Figura 3 - Área Florestal (ha) para Produção de 1 milhão t/ano de celulose florestal. Fonte: BRACELPA, 2009

Em maior detalhe, a Tabela 3, revela a produtividade das bases florestais de eucalipto, comparando o Brasil com outros dois países latino-americanos, Chile e Uruguai. A produtividade anual e especialmente a produtividade potencial é, significativamente, maior para o Brasil, constituindo-se o território brasileiro um espaço significativo para a expansão dessa atividade, principalmente pela associação das condições edafoclimáticas do país com as pesquisas e avanços da tecnologia nas áreas de genética e biotecnologia associadas à Silvicultura do eucalipto.

Tabela 3 – Produtividade das Bases Florestais com Eucalipto.

País	Produtividade (m ³ /ha/ano atual)	Produtividade (m ³ /ha/ano potencial)
BRASIL	44	70
CHILE	25	30
URUGUAI	25	35

Fonte: BRACELPA, 2009

Avaliando sob a perspectiva do consumo de papel a situação apresenta-se ao inverso (Tabela 4). O Brasil apresenta um consumo per capita pequeno comparado aos principais consumidores, particularmente, em relação aos cinco primeiros, Finlândia, EUA, Alemanha, Japão, Canadá, os maiores consumidores. Este dado é revelador da lógica de expansão da silvicultura e, em particular a monocultura arbórea (eucalipto).

Tabela 4 – Consumo per capita de Papel 2009

PAÍS	kg per capita/ano (aproximado)
FINLÂNDIA	339
EUA	269
ALEMANHA	248
JAPÃO	242
CANADÁ	211
ITÁLIA	191
REINO UNIDO	184
FRANÇA	166
CHILE	81
MÉXICO	60
ARGENTINA	60
BRASIL	44

Fonte: BRACELPA, 2009

Trata-se, o Brasil, de um país que se insere nessa rede como um país fornecedor de matéria-prima, isto é, exportador de celulose. Esta produção de celulose cuja finalidade maior é a exportação, é visível na Tabela 5. Aqui é perceptível o crescimento da produção brasileira de celulose e papel. Os dados, entretanto, revelam que o maior crescimento é relativo a produção de celulose.

Tabela 5 – Produção Brasileira de Celulose e Papel (milhões t)

ANO	1970	1980	1990	2007	2008	2009	2010
CELULOSE	0,8	3,1	4,4	12	12,7	13,3	14,1
PAPEL	1,1	3,4	4,7	9	9,4	9,4	9,8

Fonte: BRACELPA, 2009

Considerando, por outro lado, o destino da produção brasileira de celulose tabela 6, verifica-se que o destino desta, se dá em maior proporção para a Europa, a China e para a América do Norte, enquanto para o conjunto da América Latina esse é dado é muito pequeno comparativamente aos valores dos três primeiros colocados da tabela.

Tabela 6 – Destino da Exportação Brasileira de Celulose – jan/2011

EUROPA	39%
CHINA	31%
AMÉRICA NORTE	14%
OCEANIA	13%
AMERICA LATINA	3%

Fonte: BRACELPA, 2009

Estas breves informações permitem uma noção da expansão da silvicultura no Brasil e o destino dessa produção na forma de polpa ou pasta de celulose. Revelam, portanto, as políticas mais contemporâneas de estímulo a expansão da

silvicultura em território nacional e a incorporação dessa política por parte de governos do Rio Grande do Sul objetivando incrementar e mesmo transformar a matriz econômica da Metade Sul. Esta Região do estado, originalmente pastoril, marcada nos anos de 1930 pela introdução da rizicultura. A crise econômica mais atual, atribuída às características da produção pastoril, predominantemente, extensiva, constitui o fundamento das políticas que deslumbram para a saída da “estagnação”, a mudança da matriz econômica regional com a introdução da silvicultura.

EXPANSÃO DA SILVICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul a partir das políticas de expansão da silvicultura ampliou-se o embate e os pontos de conflitos entre os diferentes agentes sociais envolvidos. Estes conflitos poderão, muitas vezes, aparentar defesa da natureza exclusivamente, mas são na essência conflitos de territórios, em confrontos assumidos por diferentes sujeitos sociais. O debate que se instala envolve, principalmente, os seguintes segmentos sociais:

- Segmento das empresas de celulose;
- Segmento do Poder Público (Federal, Estadual e Municipal) e nos três Poderes (Executivo Legislativo e Judiciário);
- Segmento dos trabalhadores e pequenos produtores rurais locais, na expressão das mulheres camponesas;
- Segmento acadêmico;
- Segmento das Organizações Não Governamentais (ONG's) ambientalistas;
- Sociedade civil;

- Sindicato de trabalhadores.

As propostas de silvicultura associam-se, desde os anos de 1980, particularmente, no Sudoeste do Rio Grande do Sul, às áreas com ocorrência do processo de arenização. Este fenômeno está associado à fragilidade original da paisagem, intensificada, em algumas parcelas, devido à expansão da monocultura da soja.

Sucessivos governos desde então estimularam esta atividade na região. Mais recentemente (2004), o então governador do estado Germano Rigotto decidiu promover o desenvolvimento da cultura (monocultura) do eucalipto como forma de crescimento econômico, agora na Metade Sul do estado.

Do ponto de vista sócio-econômico, o objetivo seria transformar a matriz econômica da região da campanha do Rio Grande do Sul (RS) (mais recentemente denominada Metade Sul), histórica e culturalmente pastoril, em região de produção de madeira e celulose. A Metade Sul do estado vem, desde os anos 70/80 de século XX, sendo objeto de discussão e perspectiva de mudança na sua estrutura econômica. Caracteriza-se pela presença marcante da grande propriedade rural, onde o gado criado solto é sua marca maior e, onde o uso extensivo da terra constitui o fundamento da produção. Esta região, devido os seus baixos índices de arrecadação, coloca-se no campo da economia e da política como uma região que objetiva uma reestruturação produtiva.

As bases desse empreendimento estão assentadas na construção de um pólo de produção de celulose em terras do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina (O Cone Sul), implantar fábricas de celuloses (as “papeleras” tão discutidas e

geradoras de conflito entre o Uruguai e Argentina recentemente) e promover o escoamento dessa produção através de vias navegáveis, como a Lagoa dos Patos, pelo Porto de Rio Grande e Rio Uruguai e pelo Mar del Plata. O destino é o mercado internacional.

Esta política engendrada por grandes empresas de produção de celulose e assumida pelo governo do Rio Grande do Sul (2004), dividiu territorialmente o estado em três áreas de interesse de três empresas produtoras de eucalipto (Figura 4): a Aracruz Celulose (na Depressão Central e região de Porto Alegre), a Votorantim Celulose e Papel - VCP (na região do entorno e retaguarda das cidades de Pelotas e Rio Grande) e a Stora Enso (na fronteira sudoeste). Trata-se de expandir a atividade silvicultora na denominada Metade Sul.

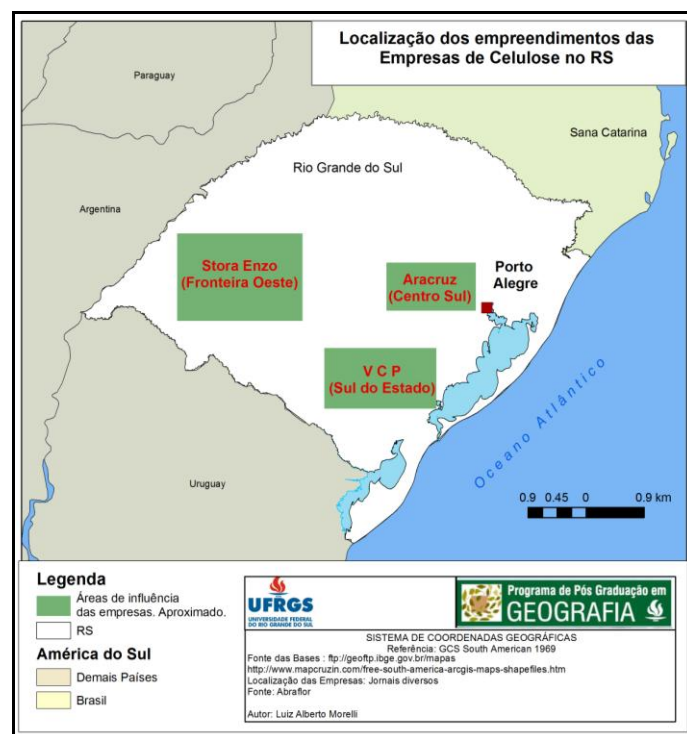


Figura 4 - Espaços ocupados pelas empresas de Celulose no Rio Grande do Sul. Morelli 2011.

A produção de gado e, mais recentemente, a introdução às monoculturas não só dificultam a produção diversificada, como mantém a estrutura fundiária original da grande propriedade. A introdução da monocultura do eucalipto constitui-se numa mudança na matriz econômica de forma conservadora e concentradora de renda. Neste caso, em parte, com capital estrangeiro.

A EMPRESA STORA ENSO

Considerada uma das maiores corporações do setor florestal mundial, a empresa de capital sueco-filandês anunciou seus investimentos no Rio Grande do Sul em 2005. Estes investimentos consistiam em aquisição imediata de terras para implantação de bases florestais e futura instalação de uma fábrica de celulose.

A empresa sueco-finlandesa Stora Enso tem sua área de atuação na região Sudoeste do estado. O mapa, Figura 5, indica os municípios onde a empresa já adquiriu terras para esse plantio. Dos dez (10) municípios onde adquiriu terras, nove (9) registram ocorrência de areais e processo de arenização. Entre os que apresentam de forma mais acentuada esse processo, destaca-se Alegrete, Manoel Viana e São Francisco de Assis.

Seus investimentos foram da ordem de US\$ 50 milhões na aquisição de 50 mil hectares. Estes, não se restringem a essa porção de território, ao contrário estendem-se também pelo Uruguai nas mesmas proporções e na perspectiva de implantar plantas (empresas) de produção de celulose. A área de interesse da Stora Enso está localizada na Zona de fronteira, cujas terras, por legislação federal, não podem ser adquiridas por estrangeiros, senão, através de longo processo de

justificação e autorização pela Defesa Nacional. Este entrave Legal mobilizou, em Junho/2009, Deputados Federais do Rio Grande do Sul a proporem projetos de Lei para alteração no limite da Zona de fronteira (atuais 150 km) do Rio Grande do Sul e do País. Os novos limites propostos variavam de 10 km a 50 km, não tiveram continuidade, mas criaram polêmica em relação a Lei existente e a Defesa nacional, que posteriormente, em Setembro/2009, autorizou a regularização da área florestal da empresa.

Independentemente deste obstáculo e da ocorrência de arenização as terras nessa região foram adquiridas. Segundo o Gerente de Operações projetos Stora Enso, o critério inicial de compra foi o preço, apesar de a área ser “degradada”, vale a pena tentar recuperar, utilizando a experiência de São Paulo de plantio sobre o arenito Botucatu. A técnica, conforme a informação do técnico contratado pela empresa – Engenheiro Agrônomo da Escola Superior de Agronomia Luiz Queiroz (ESALQ), consiste na “tendência da floresta moderna” de levar apenas o tronco descascado, deixando a galhada e as cascas (que contém 60 % dos nutrientes) no local. Ele informa que a empresa tem mais ou menos em torno de 1200 ha de área arenizada e promove experiências diversas para tentar cobrir esses solos degradados com o florestamento, que é viável, mas o custo é elevado. (informação oral Audiência Pública realizada em Rosário do Sul promovida pela Comissão Especial de Arenização da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul).



Figura 5. Municípios do Rio Grande do Sul onde a Stora Enso adquiriu terras em relação a Zona de Fronteira. Fonte: Stora Enso/Mapa extraído do jornal Valor Econômico /geral 4 de julho de 2007. Adaptado.

OS CONFLITOS E OS PROJETOS ENVOLVIDOS

O constante embate entre diferentes sujeitos permite identificar no Brasil uma disputa de apropriação do território por dois projetos distintos: um projeto a favor das empresas e do capital, outro a favor dos movimentos sócio-ambientais vinculados à diversificação dos cultivos e preservação.

Os principais conflitos observados são:

- Alegação das empresas de geração de empregos e incentivo de proprietários locais na compra de sua produção em confronto com a denúncia de que o corte e o plantio na silvicultura são mecanizados, portanto, utilizando-se trabalho reduzido e temporário;
- Indicativo de Investimentos e liberação de recursos públicos às empresas (assessoria técnica de órgãos públicos, renúncia fiscal, financiamentos);

- Denúncia de que áreas amplas ocupadas pelas plantações, modificam a paisagem, gerando pouca ou nenhuma renda à população local;
- Explicitação de danos ambientais relacionados à monocultura e à espécie escolhida, tais como contaminação dos recursos hídricos por pesticidas, diminuição da biodiversidade, contaminação do solo, impacto negativo no ecossistema local; extinção do bioma Pampa e problemas de saúde na população local;
- Uso de transgenia: monopólio da tecnologia; ocupação do território com riscos sócio-ambientais;
- Intensificação da concentração de terras por um setor econômico.

Cabe registrar que esses conflitos se expressam, nas divergências sobre os impactos ambientais negativos; na denúncia da falta de apoio pelo Estado às alternativas produtivas locais; na denúncia ao incentivo e concessão de recursos públicos às empresas para desenvolvimento de projetos; no indicativo de que órgão público, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), tem participação acionária em uma das empresas (ARACRUZ) para qual libera recursos, além, da acusação de que empresas de celulose fazem parcerias, financiando pesquisas, principalmente de universidades públicas.

A mediação desse conflito deu-se com base em fundamentos técnico-científicos. Este conhecimento tem dado sustentação, ora para um, ora para outro segmento social. O exemplo trazido, instrumento técnico de gestão, exigido em legislação, ou seja, a construção de um Zoneamento para Silvicultura é, nesse embate, a expressão máxima desse conflito.

O Zoneamento para plantio da Silvicultura do estado do Rio Grande do Sul (Figura 6) foi parcialmente aprovado pelas Câmaras responsáveis vinculadas à Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

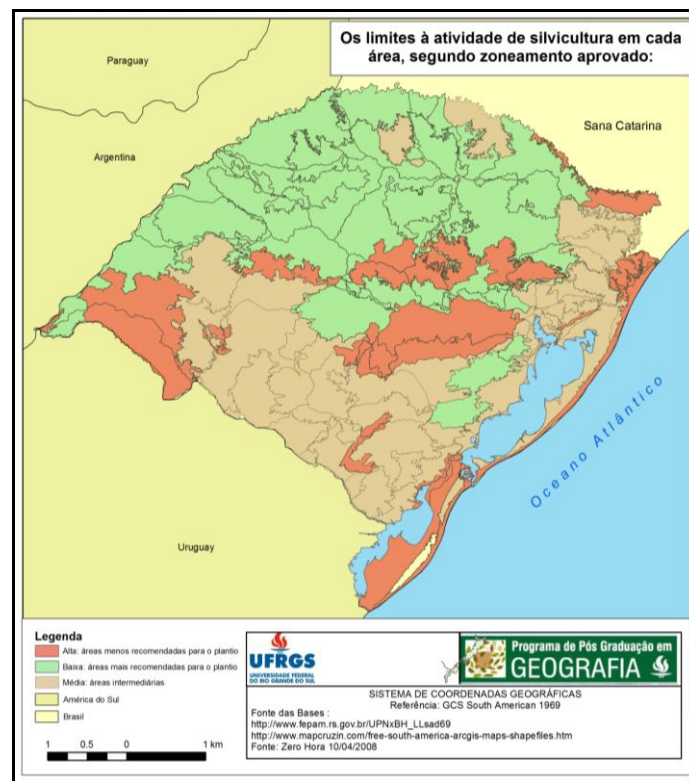


Figura 6 - Graus de restrição para a silvicultura no Rio Grande do Sul. Fonte: Zoneamento Ambiental para Silvicultura no RS. FEPAM 2007. ZH de 10/04/2008.

Na medida em que este Zoneamento elaborado pelos técnicos da Fundação de Proteção Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul (FEPAM) e Fundação Zoobotânica (FZB), não respondeu pelo interesse do Estado em comunhão com os Silvicultores, instalou-se uma crise no interior do próprio governo, uma vez que a FEPAM é um órgão do estado do Rio Grande do Sul. A discordância entre representantes do governo do estado do Rio Grande do Sul, empresas, ONGs ambientalistas e técnicos do órgão ambiental em relação ao Zoneamento deu-se em decorrência da falta de concordância entre eles sobre:

- A definição de percentuais das Unidades de Paisagem Natural (divisões do território gaúcho para fins do zoneamento, no mapa) que poderão ser ocupadas com os plantios de pinus e eucalipto;
- O tamanho máximo dos maciços de pinus e eucalipto (formações compactas de árvores plantadas) em cada região;
- A distância permitida entre os maciços.

Neste contexto de conflito, cabe registrar que o Zoneamento Florestal, mesmo não sendo restritivo, como tenta se divulgar, já que permitia o plantio de florestas cultivadas em 9.000.000.ha no estado, não foi instrumento de crítica pelos movimentos sociais e ambientais. Estes, diante da pressão e da imbricada relação do estado com o capital, tiveram como única alternativa de salvaguarda do território a defesa desse instrumento.

A OLIGOPOLIZAÇÃO ATUAL DAS EMPRESAS DE CELULOSE NO RIO GRANDE DO SUL

O processo de expansão da monocultura do eucalipto teve ao longo desses últimos anos avanços e recuos decorrentes da economia internacional (crise de 2008), seja da dificuldade de oficialização de terras em Faixa de Fronteira, seja, em relação ao embates jurídicos que imobilizaram algumas ações das empresas silvicultoras. Embora as dificuldades, atualmente, verificam-se novos arranjos entre essas empresas. As três empresas que se instalaram no Rio Grande do Sul de 2001-2011, Aracruz Celulose, Votorantim Celulose e Papel (VCP) e a Stora Enso se articulam da seguinte forma: a Stora Enso e a Aracruz Celulose criaram, em 2005,

uma empresa denominada VERACEL na Bahia; Em setembro de 2009, a Votorantim Celulose e Papel (VCP) absorve a Aracruz formando uma nova empresa com o nome de FIBRIA. A estrutura societária da nova empresa é composta 50% do capital pela VERACEL Celulose S.A.e os 50% do capital restante pela CONPACEL, consórcio empresarial entre a Votorantim Industrial e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) de Participações. Em dezembro de 2009, a FIBRIA, por sua vez vende a unidade fabril celulose Guaíba para o grupo Chileno Compañia Manufacturera de papeles y Cartones (CPMC) que, por sua vez, tem parceria com a Stora Enso no Uruguai, tornando o espaço do Rio Grande do Sul territorializado como demonstrado na Figura 7.

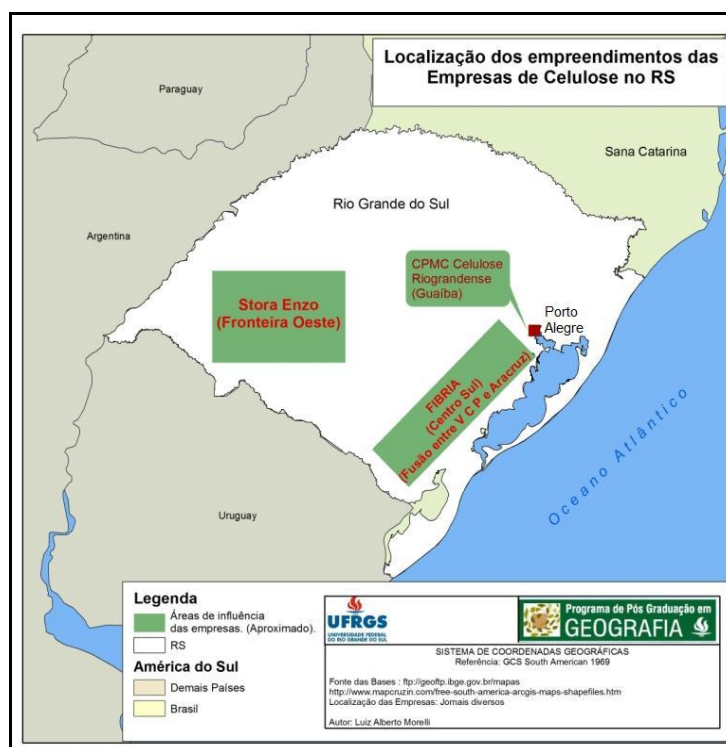


Figura 7 - Localização dos empreendimentos das empresas de celulose no Rio Grande do Sul em 2010. Morelli 2011.

Este processo de cooperação de capitais financeiros e de localizações territoriais específicas é revelador, demonstrando para Morelli (2011) a constituição de um oligopólio empresarial e territorial, à medida que as características básicas do

oligopólio é a cooperação. A Figura 8 representa, especialmente, a constituição de um Pólo Silvicultor no Cone Sul, em área do Bioma Pampa, envolvendo espaços do Brasil, Uruguai e Argentina.



Figura 8 - Pólo Florestal no Bioma Pampa. Fonte: ZH, 27/09/2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Metade Sul enquanto região pertencente a uma porção do espaço geográfico, e por apresentar características e elementos semelhantes na estrutura fundiária e na matriz econômica, está sendo palco de um processo de

territorialização associado a expansão da silvicultura com ênfase na monocultura do eucalipto voltado para abertura do mercado mundial.

Neste processo de territorialização e de formação sócio-espacial tem-se uma expressão política, uma expressão econômica e uma expressão sócio-ambiental.

A expressão política se caracteriza pela apropriação do espaço, e na tentativa, nos últimos anos, de mudança da matriz econômica da região. Esta alteração de matriz econômica revela um embate entre dois projetos econômicos distintos de apropriação territorial. Existe o projeto para intensificar a Agricultura Familiar na região e existe o projeto para transformar a região em um pólo produtor de eucalipto através da implantação de bases florestais por grandes empresas do setor de papel e/ou celulose.

A expressão econômica se caracteriza pelos altos investimentos que as empresas de celulose anunciam para os locais onde desejam se instalar e desenvolver seus projetos de implantação de bases florestais com ênfase no plantio de eucalipto, para este, posteriormente servir de matéria-prima para exportação, ou uso em suas fábricas de celulose no Brasil e/ou no exterior. A inserção de atividades de grandes empresas de celulose em porções distintas do território da Metade Sul, denota a cooperação econômica e territorial existente entre elas, lembrando que a cooperação é uma das características básicas da formação de oligopólios empresariais.

A expressão sócio-ambiental se caracteriza pela expectativa gerada nas populações locais das áreas de atuação das empresas em torno de empregos, melhorias sociais e medidas mitigadoras para o ambiente através dos setores de responsabilidade sócio-ambientais das empresas. A prática tem demonstrado que

existe baixa utilização de mão-de-obra local por estas empresas e em muitos casos, os trabalhos são temporários, de acordo com o estágio de evolução/crescimento em que se encontram as bases florestais. Para as empresas, fica denotado o acúmulo de riqueza, caracterizada pela concentração de capital e pela concentração de terras; e para as comunidades locais, a esperança de empregos e melhorias sócio-ambientais que na maioria das vezes não se concretizam.

A expressão política, a expressão econômica e a expressão sócio-ambiental integram a expressão territorial da questão na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, que se caracteriza pela formação de um território contínuo e outro território descontínuo.

O território contínuo se materializa pela espacialização da silvicultura com base na monocultura do eucalipto em porções contíguas da Metade Sul, caracterizadas por grandes extensões territoriais em uma determinada porção do espaço, formando um pólo produtor de bases florestais com eucalipto que podem se integrar com os territórios contíguos dos países vizinhos: Argentina e Uruguai, formando um pólo de monocultura do eucalipto no bioma pampa. Esta configuração territorial caracterizada pela cooperação econômica e pela concentração de grandes extensões territoriais por um grupo de empresas do setor de papel e/ou celulose permitem a formação de oligopólios econômicos e territoriais com conseqüências de difícil mensuração.

O território descontínuo se materializa quando transforma a Metade Sul do estado, em um território-rede juntamente com territórios na Argentina e no Uruguai, transformando o território gaúcho em um ponto-nó, que permite às empresas do

setor de celulose e/ou papel estabelecerem seus fluxos com outros territórios contínuos onde estão as decisões centrais de suas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MORELLI, L. A. A 2011. Monocultura do eucalipto e as implicações territoriais: uma constituição oligopolista na Metade Sul do Rio Grande do Sul. 2011. 222 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA. Zoneamento Ambiental para Atividades Silvicultoras. Vol.1, 2,3. SEMA: Porto Alegre, janeiro de 2007.

SUERTEGARAY, D. M. A. Monocultura de eucalipto em áreas em processo de arenização: reestruturação do Pampa. 2007. Inédito/no prelo. Fragmentos deste texto foram trazidos novamente nesta construção, pois dizem respeito ao mesmo tema abordado pela autora.

SUERTEGARAY, D.M.A. Alterações nas relações natureza e sociedade no mundo e no Brasil. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de M. ANPEGE. O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (1). Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, ANPEGE e FAPERJ, 2008. P. 297-307. Fragmentos deste texto foram utilizados na construção deste artigo.

SUERTEGARAY, D.M.A.; GUASSELLI, L.A.; VERDUM, R.; BASSO, L.A.; MEDEIROS, R.M.V.; BELLANCA, E.T. e BERTÊ, A.M.A. Projeto Arenização no Rio Grande Do Sul, Brasil: Gênese, Dinâmica e Espacialização. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales.[on line]. Barcelona: Universidade de Barcelona, 26 de março de 2001, nº 287.< <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-287.htm>>. [24 de agosto de 2011].ISSN 1138-9796.

VALOR Econômico Online. Disponível em:<<http://www.valoronline.com.br/sgeral>>. Acessado em 4 de julho de 2007.